

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 984

OS RICOS E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE E À POBREZA NO BRASIL

Marcelo Medeiros

Brasília, outubro de 2003

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 984

**OS RICOS E A FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS DE COMBATE
À DESIGUALDADE E À POBREZA
NO BRASIL**

Marcelo Medeiros*

Brasília, outubro de 2003

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do (s) autor (es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, por meio do projeto BRA 97/013.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 RIQUEZA E PODER 8

3 RIQUEZA E POBREZA 10

4 CONCLUSÕES 19

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 21

SINOPSE

Este artigo discorre sobre a importância do estudo dos ricos para a formulação de políticas que visem a reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil. Argumenta-se que os ricos constituem, por um lado, um grupo da sociedade com grande influência política e, por outro, o que mais seria afetado pelas ações redistributivas necessárias para o combate à pobreza e à desigualdade. Conclui-se que analisar as características dos ricos e de sua riqueza é fundamental para dimensionar as possibilidades e as limitações de políticas de caráter igualitarista no país.

ABSTRACT

This paper argues that studying the rich is important for the policy making that aims to reduce inequality and poverty in Brazil. It shows that the rich are a group with strong political power that would be the most affected by distributive policies required to eradicate poverty and inequality. To examine the characteristics of the rich and of their wealth is essential to evaluate the possibilities and limits of egalitarian policies in Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Uma extensa literatura tem se dedicado ao estudo da pobreza no Brasil. Há estudos voltados à identificação e à mensuração da pobreza, à descrição das características dos pobres – sua distribuição espacial, composição ocupacional e demográfica –, bem como à análise de seus determinantes. Também existem várias pesquisas empenhadas em analisar a magnitude, o comportamento e os determinantes da desigualdade social no país, mostrando que essa é extremamente estável no tempo e seu nível encontra-se entre os maiores do mundo. Em contrapartida, é bastante limitada a quantidade de estudos sobre os ricos no Brasil e no mundo. O objetivo deste artigo é argumentar em favor da importância do estudo da população mais rica para a formulação de políticas que visem a reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil.

Embora haja registros da existência de definições de riqueza desde 1805 na Suécia (Soltow, 1989), estudos que tratam os ricos como um estrato social específico tornaram-se mais comuns a partir da década de 1970. Parte deles associa riqueza a desigualdade e pobreza. Drewnowski (1978) e Inhaber e Carroll (1992), por exemplo, propõem a definição e o estudo dos ricos como um modo de reduzir as desigualdades. Rank (1999), Danziger, Gottschalk e Smolensky (1989) e Hirschl, Altobelli e Rank (2001), por sua vez, relacionam a riqueza à pobreza, embora nem sempre seu objetivo seja identificar relações de causalidade entre ambas. Todos esses estudos sugerem linhas de riqueza para a demarcação do estrato rico. Se aplicadas no Brasil, essas linhas definiriam como ricos o grupo formado por menos de 2% das famílias com maior renda. Para os propósitos deste artigo, uma linha desse tipo não é absolutamente necessária, pois basta que os “ricos” sejam entendidos em termos relativos, isto é, como “a população mais rica do país”.

Do ponto de vista do combate à pobreza e à desigualdade, estudar os estratos ricos é relevante por duas razões básicas. Primeiro, porque os estratos ricos detêm poder. Uma parte da população mais rica compõe as elites políticas e empresariais cujas ações afetam diretamente uma grande massa de pessoas, inclusive os pobres. Segundo, porque os estratos ricos possuem a maior parte da riqueza do país. Uma forma de melhorar as condições de vida da população mais pobre é a redistribuição das riquezas na sociedade. Se essa redistribuição consiste em transferências dos indivíduos que têm mais riqueza para os que têm menos, é natural que os ricos sejam negativamente afetados por medidas redistributivas. Em ambos os casos é desejável saber quem constitui o grupo dos mais ricos tanto para avaliar o que pode ser origem de conflitos de interesse entre ricos e não ricos quanto para saber como medidas igualitaristas afetariam essa população.

Este artigo explora cada um desses pontos em maior detalhe. Primeiro, mostra que no Brasil há uma clara interseção entre elites econômicas e elites de poder, ou seja, os indivíduos dos estratos mais ricos da população não só detêm a maior parte da riqueza do país e orientam os destinos da economia, como também encontram-se em posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado e a formação da opinião pública. Segundo, indica que a sociedade brasileira é marcada por elevados níveis de pobreza e que a redução das desigualdades é a principal alternativa para modificar esse quadro, uma vez que estratégias de erradicação da pobreza por meio do controle populacional ou do crescimento puro da economia serão praticamente inviáveis nas próximas décadas. Descreve-se o perfil da distribuição de renda, mostrando que a maior

contribuição para os altos níveis de desigualdade brasileiros é dada pelos estratos de renda mais alta e, portanto, que a população mais rica seria a principal afetada por medidas redistributivas que visassem à redução da pobreza no país.

Como o estrato mais rico constitui, por um lado, um grupo da sociedade com grande influência sobre o processo de definição e execução de medidas que objetivam a melhoria das condições de vida da população mais pobre do país e, por outro, o grupo que mais seria afetado pelas ações redistributivas necessárias para essa melhoria, conclui-se que analisar as características dos ricos e de sua riqueza é fundamental para dimensionar as possibilidades e as limitações de políticas de caráter igualitarista. Portanto, estudar os ricos é um caminho para entender e combater a desigualdade e a pobreza no Brasil.

2 RIQUEZA E PODER

Os ricos constituem uma elite nas várias acepções que o termo pode assumir. Embora a literatura sobre o tema trate, em muitos casos, o termo elite como um sinônimo de “elite política que controla o Estado”, as ações de outras elites, como as empresariais ou mesmo as profissionais, têm grande impacto sobre o destino das massas. Desde Pareto os estudos sobre as elites reconhecem a influência mútua da riqueza e do poder (1964, p. 532, § 2.036). A literatura que revisa o debate sobre Teoria das Elites mostra que as características das elites econômicas tornaram-se objeto de diversas pesquisas à medida que estudos reconheceram que muito do poder sobre os destinos de uma sociedade encontra-se fora da esfera estritamente política do Estado (Keller, 1963; Parry, 1969; Lasswell, Lerner e Rothwell, 1971; Therborn, 1982).

A coincidência entre elites econômicas, políticas e sociais é um tema recorrente na literatura sobre o Brasil, como mostram McCann e Conniff (1989, p. xiii), Love e Barickman (1989, p. 07) e McDonough (1981, p. 22). Essa associação direta entre riqueza e poder é sintetizada por Celso Furtado, que, ao analisar o conflito distributivo no país, afirma que a desigualdade de renda pode ser tratada como um indicador de outros tipos de desigualdade: “A expressão ‘distribuição da renda’ é um eufemismo criado pelos economistas, por trás do qual se oculta a realidade da estrutura de poder” (Furtado, 1981, p. 61). Analisar as características dos indivíduos que integram o estrato mais rico da sociedade, portanto, é importante para saber em que medida seus interesses se chocam com as necessidades da grande massa não rica da população brasileira, em especial os pobres.

A tabela 1 mostra as vinte ocupações que apresentam o maior rendimento no Brasil. Para classificá-las, foram selecionados os 5% dos trabalhadores de maior rendimento de cada ocupação e, em seguida, a lista foi ordenada em função dos menores rendimentos desse grupo em cada população, isto é, o limite do quinto centésimo de maior renda de cada ocupação. Na coluna ao lado do título ocupacional, encontra-se o valor de corte do quinto centésimo de cada ocupação, em reais de 1999, usado na hierarquização. Não foram incluídas na ordenação ocupações que possuíam menos de 80 casos registrados nas amostras da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1997 a 1999.

TABELA 1

Ocupações com maior remuneração no percentil 95¹ - Brasil - 1997-1999

Ocupação	Renda no percentil 95
Empresários do setor hoteleiro	10.000,00
Procuradores, etc.	9.136,05
Magistrados	8.748,00
Empresários da construção civil	8.478,93
Tabeliães	8.478,93
Médicos	8.000,00
Empresários dos transportes	8.000,00
Administradores da construção civil	7.419,07
Empresários do setor de serviços (outros)	7.000,00
Administradores da indústria de transformação	7.000,00
Advogados, etc.	6.560,46
Outros administradores	6.500,00
Economistas	6.359,20
Administradores dos transportes	6.216,01
Fiscais de tributos	6.013,75
Engenheiros	6.000,00
Administradores de empresas financeiras	5.511,31
Empresários da indústria de transformação	5.467,05
Químicos	5.467,05
Produtores e diretores de espetáculo	5.467,05

Fonte: IBGE – Pnad 1997-1999, microdados.

Nota: ¹Ocupação no trabalho principal na semana de referência classificada segundo o rendimento mensal médio dos 5% mais ricos de cada ocupação. Valores de rendimentos em reais de 1999. Não contabilizadas as ocupações com menos de 80 registros nas Pnad 1997-1999.

É possível observar na tabela 1 uma interseção entre as elites econômicas e as elites de poder no Brasil. A maior parte das ocupações reflete posições privilegiadas para influir no processo legislativo e judiciário, na administração da máquina pública, na contratação de grandes volumes de mão-de-obra e na formação da opinião pública. Vale notar que no Brasil a desigualdade ocupacional é relativamente alta e os valores apresentados na tabela 1 referem-se aos trabalhadores mais bem remunerados de cada uma das ocupações.

A tabela 2 exhibe mais evidências de que há interseção entre as elites, porém sob outro ângulo, o da composição das elites políticas. Nela são apresentadas as profissões declaradas pelos Deputados Federais brasileiros em 2003 (52^a legislatura). Embora os títulos ocupacionais utilizados não sejam exatamente os mesmos, é possível observar que muitas das profissões declaradas pelos deputados são justamente as ocupações de maior rendimento mostradas na tabela 1. A tabela 2 apresenta fortes indícios de que a grande maioria dos indivíduos que ocupam postos nas elites políticas, representadas pelos Deputados Federais, pertence às elites econômicas.

Se as elites econômicas são também elites políticas e sociais, seu poder não se limita a gerenciar sua própria riqueza de acordo com interesses particulares e de grupo, tal poder estende-se também ao gerenciamento da riqueza de terceiros, inclusive os fundos públicos. Essa é uma constatação importante, uma vez que os estudos de Lima e Boschi (1995) e Reis e Cheibub (1995), baseados no mesmo levantamento de dados, apontam resistência de diversas elites brasileiras a políticas públicas de caráter igualitarista que poderiam ser usadas para combater a pobreza. Por esse motivo, é im-

portante analisar em maior detalhe as características das elites econômicas – quão homogênea é sua composição e de onde provém sua riqueza – para saber em que medida essas elites comungam interesses. Estudar os estratos mais ricos da população é essencial para entender os conflitos de interesse que surgem na formulação de políticas redistributivas no Brasil, uma vez que são esses estratos que controlam posições-chave no Estado e na organização da economia e se encontram, portanto, em condições privilegiadas para influenciar o desenho e a implementação dessas políticas.

TABELA 2

Profissões dos Deputados Federais - Brasil - 2003

Profissão	Deputados	% Declarados
Advogados e profissionais da Justiça	108	23
Médicos e dentistas	63	13
Empresários e comerciantes	53	11
Professores de todos os níveis	51	11
Engenheiros	44	9
Agropecuáristas	26	5
Economistas e administradores	25	5
Comunicadores, jornalistas e radialistas	11	2
Padres, pastores, etc.	11	2
Técnicos e operários	10	2
Bancários	5	1
Militares	4	1
Outros	68	14
Declarados	479	100
Não Declarados	34	-
Total	513	-

Fonte: Câmara dos Deputados Federais – Deputados da 52ª legislatura em exercício, profissões agregadas em função do primeiro título profissional declarado.

3 RIQUEZA E POBREZA

Um dos aspectos mais marcantes da sociedade brasileira é a combinação de elevados níveis de pobreza e altíssima desigualdade social. Apesar de existirem grandes controvérsias sobre como se deve mensurar a pobreza no Brasil, estudos apontam que entre um terço e metade da população brasileira viveria em torno de uma linha de pobreza. Trata-se de um nível muito alto, uma vez que, na média, a renda da população brasileira é superior à recebida por quase três quartos da população mundial e, na maioria dos países com renda *per capita* semelhante à brasileira, os níveis de pobreza são notadamente inferiores (Barros, Henriques e Mendonça, 2000, p. 28).

A pobreza é resultado do nível e da forma da distribuição dos recursos totais de uma sociedade entre sua população. Assim, a pobreza pode ser combatida por meio de modificações no volume de população, aumento da quantidade agregada de recursos e mudanças em sua distribuição. As políticas de combate à pobreza por meio de modificações no volume de população em geral vinculam-se a algum tipo de controle da fecundidade, as que visam ao aumento da quantidade agregada de recursos estão relacionadas a estratégias de crescimento e as baseadas em mudanças na distribuição dos recursos estão ligadas a políticas de cunho igualitarista. A viabilidade de cada uma dessas estratégias de combate à pobreza será discutida a seguir.

3.1 CONTROLE DA POPULAÇÃO E POBREZA

Análises da literatura internacional sobre desenvolvimento mostram que o controle da população como meio de combater a pobreza manteve-se no debate acadêmico por meio das teorias neomalthusianas, mas perdeu força nos últimos anos. Primeiro, porque é questionável que os impactos do controle populacional sobre o desenvolvimento de longo prazo sejam iguais para todas as sociedades, independentemente de densidade demográfica, estrutura etária e composição da economia. Segundo, porque, muitas vezes, a idéia de “excesso de população” reflete mais um incômodo em relação à “qualidade” de um povo do que propriamente uma avaliação de sua quantidade (Martinussen, 1997; Furedi, 1997; Boserup, 1990). Mesmo assim, o estudo de Reis e Cheibub (1995) mostra que 26% das elites empresariais por eles pesquisadas ainda acreditam que o controle populacional deve ser a principal iniciativa para a redução da desigualdade no Brasil.

É questionável se o ônus de forçar a taxa de fecundidade brasileira para baixo seria compensado por diminuições nos níveis de pobreza. As taxas de fecundidade, que foram altas até a década de 1960, sofreram uma forte redução nas décadas seguintes e atualmente já se encontram em patamares relativamente baixos, cerca de 2,2 filhos por mulher, o que as coloca entre as menores da América Latina. Níveis 20% mais baixos já são insuficientes para compensar a mortalidade e são considerados excessivamente baixos pelos governos de alguns países europeus (Haub, 2002).

Estudos anteriores, como o de Barros e Camargo (1994), mostram que a associação entre a razão de dependência e a capacidade de geração de renda das famílias é capaz de explicar muito pouco em relação aos níveis de pobreza observados no Brasil, ou seja, que a maior parte da pobreza não se deve ao fato de as famílias pobres serem relativamente maiores que as famílias não pobres. Entre 60% e 70% da pobreza seria explicada tão-somente por fatores relacionados à renda dos chefes ou, em outras palavras, pelas desigualdades na qualidade dos empregos e da força de trabalho.

A tabela 3 a seguir mostra o que ocorreria com os níveis de pobreza na hipótese de um controle rigoroso de fecundidade ser realizado a partir de diferentes momentos do tempo. Tal tabela simula variações na população e na proporção de pobres caso o controle de fecundidade assegurasse que o número máximo de filhos nos domicílios fosse restrito a quatro, três, dois, um e nenhum filho abaixo de diferentes idades. As simulações são reproduzidas supondo-se a ocorrência da imposição da restrição na quantidade de filhos de até quinze anos de idade. Efeitos de mortalidade e composição familiar estão implícitos na simulação, uma vez que o controle é feito sobre o número de filhos residentes e não sobre o número de filhos biológicos. O valor da linha de pobreza utilizada é de R\$ 80,97 em valores de setembro de 1999, que define uma quantidade de pobres de cerca de 51 milhões de pessoas, isto é, 33% da população total.

A pobreza no Brasil não pode ser associada a um número elevado de filhos nas famílias. Se nenhuma família brasileira tivesse mais de quatro filhos com até cinco anos de idade, a proporção de pobres seria a mesma, 33%. Se o controle fosse mais radical e não houvesse no Brasil um filho sequer de até cinco anos de idade, o número de pobres (e da população como um todo) diminuiria, mas sua proporção cairia apenas um ponto percentual.

TABELA 3

Quantidade e proporção de pobres após restrição do número de filhos – Brasil – 1999

(em milhões de pessoas)

Idade da Restrição	Número máximo de filhos no domicílio sob restrição									
	Nenhum		1 filho		2 filhos		3 filhos		4 filhos	
	Pobres	(%)	Pobres	(%)	Pobres	(%)	Pobres	(%)	Pobres	(%)
15 anos	30,1	27	40,2	34	47,4	36	50,2	35	50,9	34
10 anos	38,1	30	45,7	35	49,8	35	51,0	34	51,1	34
5 anos	44,9	32	49,6	34	51,0	34	51,2	34	51,2	33

Fonte: IBGE – Pnad 1999, microdados para uma linha de pobreza de R\$ 80,97, valores de 1999.

Essas simulações, porém, refletem um controle bastante recente e limitado a uma pequena fração da população (9% do total). O que ocorreria caso a restrição fosse mais antiga de tal modo que as famílias tivessem controlado o número de filhos que hoje teriam até quinze anos de idade? O resultado é impressionante: se nenhuma família brasileira tivesse mais de dois filhos com até quinze anos de idade, a quantidade de pobres diminuiria para 47,4 milhões de pessoas, mas a proporção de pobres na população total aumentaria para 36%, isto é, três pontos percentuais acima do observado. Isso ocorre porque a restrição do número de filhos diminui o volume da população total, o que afeta as proporções estimadas. Mesmo considerando-se a hipótese de um controle rigorosíssimo, de impacto muito maior do que o observado em qualquer país do mundo, sob o qual nenhuma família do país tivesse filhos com até quinze anos de idade, a pobreza incidiria ainda sobre 27% da população, algo muito próximo do patamar observado atualmente.

Todas as evidências mostram que o controle da fecundidade teria, no Brasil, efeitos inexpressivos em termos de redução dos níveis de pobreza. Ainda que essas taxas alcançassem imediatamente os níveis da China insular, que se encontram entre os mais baixos do mundo, a proporção de pobres manter-se-ia elevada no Brasil ainda por muito tempo, pois mesmo a pobreza que pode ser atribuída a grandes tamanhos de família não poderia ser revertida nos próximos anos apenas mediante modificações no regime demográfico, salvo as hipóteses absurdas de aumentar a mortalidade ou de promover a emigração em massa dos pobres.

3.2 CRESCIMENTO PURO DA ECONOMIA E POBREZA

Diante da impossibilidade do controle populacional, políticas de crescimento seriam uma alternativa para o combate à pobreza. Cogitadas há séculos (Smith, 1988, p. 66-74; Ricardo, 1978, p. 56, 107-110), essas políticas encontram respaldo na literatura recente sobre desenvolvimento, como mostram Preston (1996) e Bustelo (1998), e baseiam-se na idéia de que uma economia, à medida que cresce, torna maior a disponibilidade de recursos da população e, mais cedo ou mais tarde, esses recursos acabam por beneficiar os mais pobres.

O crescimento que aumenta o nível do produto da economia sem, no entanto, modificar sua distribuição, pode ser chamado de crescimento puro ou crescimento proporcionalmente distribuído para se diferenciar do crescimento que modifica o nível de desigualdade ao beneficiar de modo mais intenso alguns estratos da população. Ao longo da história brasileira recente, o crescimento por diversas vezes foi acompa-

nhado de concentração da renda, mas também é possível uma situação de crescimento com distribuição de renda. Este último tipo de crescimento é também uma forma de redução da desigualdade e, por isso, será tratado na subseção seguinte.

Supondo-se que o resultado do crescimento seja razoavelmente distribuído entre a população, é de se esperar que o crescimento alivie a pobreza à medida que o volume de recursos disponíveis para a população aumente. Todavia, seriam necessárias taxas de crescimento puro muito altas para que a pobreza fosse erradicada no Brasil, mesmo que esse crescimento fosse proporcionalmente distribuído entre a população. A tabela 4 mostra como apenas o crescimento, mesmo quando bem distribuído, é insuficiente para reduzir expressivamente a pobreza nas próximas décadas. Nela encontra-se projetado, ao longo de vinte anos, o efeito que o crescimento puro da economia teria sobre a proporção de pobres no país, estimada a partir de uma linha de pobreza de R\$ 80,97. Contudo, vale notar que as conclusões a seguir seriam semelhantes mesmo com linhas de valores um pouco superiores ou inferiores a esse valor em razão do formato da distribuição da renda no país.

Se o Brasil reproduzisse o comportamento das taxas de crescimento observado nas duas últimas décadas (1982 a 2002) e distribísse o aumento proporcional do produto de maneira igualitária entre a população, depois de vinte anos a proporção de pobres na população seria ainda de 20% do total. Mesmo que o país fosse capaz de manter, por duas décadas, taxas estáveis de crescimento de 4% ao ano, isto é, mesmo se crescesse mais do que o dobro da velocidade das últimas décadas e duplicasse o PIB atual, a pobreza incidiria ainda sobre 12% da população. Apenas no caso de ocorrer um crescimento a taxas estáveis de 6% ao ano, o que corresponderia a repetir duas vezes consecutivas o “milagre econômico” da década de 1970, sem, porém, piorar a distribuição da renda, a incidência da pobreza ficaria abaixo do patamar dos 10% da população. O termo “milagre”, nesse caso, dá uma dimensão adequada de quão difícil seria crescer novamente nesse ritmo.

TABELA 4

Projeção do efeito de crescimento igualmente distribuído sobre proporção de pobres na população no Brasil¹

Anos	Crescimento Anual			
	Padrão 1982-2002	2%	4%	6%
0	33%	33%	33%	33%
5	26%	30%	26%	23%
10	26%	26%	21%	16%
15	22%	23%	16%	11%
20	20%	21%	12%	7%
Crescimento em 20 anos	51%	49%	119%	221%

Fonte: Rendimentos – IBGE – Pnad 1997-1999, microdados; crescimento do PIB – Ipea Ipeadata.

Nota: ¹Projeção a partir da proporção de pobres observada em 1997-1999 para uma linha de pobreza de R\$ 80,97, valores de setembro de 1999. “Padrão 1982-2002” corresponde à reprodução das taxas de crescimento do PIB brasileiro no período. “Crescimento em 20 anos” corresponde ao crescimento total do PIB acumulado em um período de vinte anos.

Em face da impossibilidade de se reduzir expressivamente a pobreza mediante alterações no volume de população ou no total de recursos disponíveis, a única alternativa restante é modificar a distribuição dos recursos existentes entre a popula-

ção. Como o Brasil não é um país com escassez generalizada de recursos, a redução das desigualdades sociais seria o principal caminho para melhorar as condições de vida da população mais pobre do país nas próximas décadas.

A via igualitarista para o combate à pobreza já havia sido destacada no início da década de 1980 por Furtado:

“(...) o Brasil não é a rigor um país *pobre*, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos seus próprios meios (...) para *eliminar* o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação da renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda *per capita* comparável à nossa (...)” (1981, p. 61).

Mais do que identificar que o país dispõe dos recursos necessários para erradicar completamente a pobreza por meio da redução das desigualdades, Furtado propõe uma regra distributiva que consiste em realizar transferências dos grupos mais ricos aos mais pobres.

Mais recentemente, Barros e Mendonça ressaltam a importância da redução da desigualdade para o combate à pobreza no Brasil. Ao simularem modificações no nível e na forma da distribuição de renda do Brasil em 1993, mostram que

“(...) por ser um dos países do mundo com mais alto grau de desigualdade, o Brasil está entre aqueles onde o crescimento econômico é menos necessário para reduções na pobreza. Dado o elevado grau de desigualdade é possível reduzir expressivamente a pobreza sem crescimento econômico simplesmente fazendo com que o grau de desigualdade no Brasil seja próximo do observado para um país latino-americano típico.”(1997, p. 14).

Uma redução do grau de desigualdade no Brasil para níveis similares aos observados, por exemplo, na Costa Rica, que é um país que possui elevados níveis de desigualdade, corresponderia a uma década de crescimento contínuo na renda *per capita* a uma taxa de 5% ao ano.

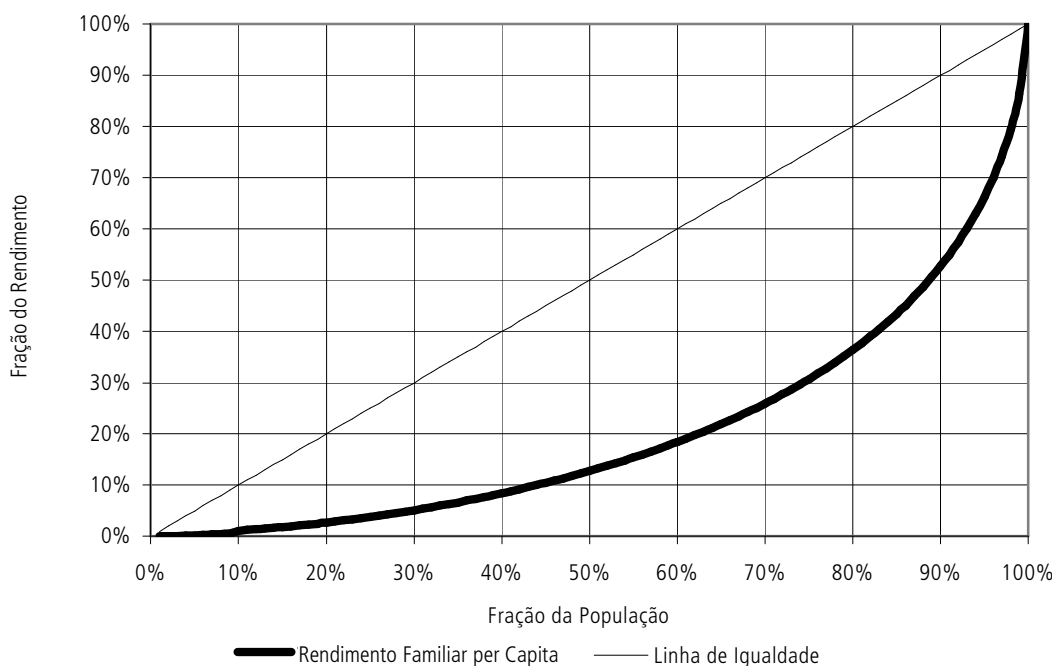
3.3 IGUALDADE E POBREZA

Se a desigualdade é uma questão fundamental na sociedade brasileira, cabe analisá-la com um pouco mais de minúcia. Um dos modos mais simples de se fazer isso é estudar como são distribuídos os rendimentos entre a população do país. A distribuição de rendimentos não esgota as dimensões em que as desigualdades sociais se manifestam, mas é uma boa forma de abordá-las. A representação de uma distribuição de rendimentos pode ser feita por meio de uma curva de Lorenz. Proposta no início do século passado (Lorenz, 1905; *apud* Subramanian, 2001), a curva utiliza informações sobre os rendimentos recebidos por distintos segmentos da população. A representação gráfica é neutra em relação aos valores absolutos tanto da população quanto da renda total e, portanto, é essencialmente uma descrição de níveis de desigualdade. Sua construção ocorre por meio da relação entre frações acumuladas da renda e frações acumuladas da população. Por meio dela é possível visualizar, por exemplo, qual é o percentual da renda total recebida por cada décimo (10%) da população.

No gráfico 1, a curva de Lorenz, marcada por um traço espesso, relaciona, no eixo vertical, o percentual do total dos rendimentos familiares *per capita* recebidos e, no eixo horizontal, os diferentes centésimos da população brasileira ordenada segundo o valor de sua renda familiar *per capita*. A linha reta de traço fino é conhecida como Linha de Perfeita Igualdade e representa, obviamente, como seria a distribuição caso não existissem desigualdades. Quanto maior a área (“arco”) da figura formada pela curva de Lorenz observada e pela Linha de Perfeita Igualdade, pior a distribuição da renda.

GRÁFICO 1

Distribuição do rendimento familiar per capita segundo centésimos da população - Brasil - 1997-1999



Fonte: IBGE – Pnad 1997-1999, microdados.

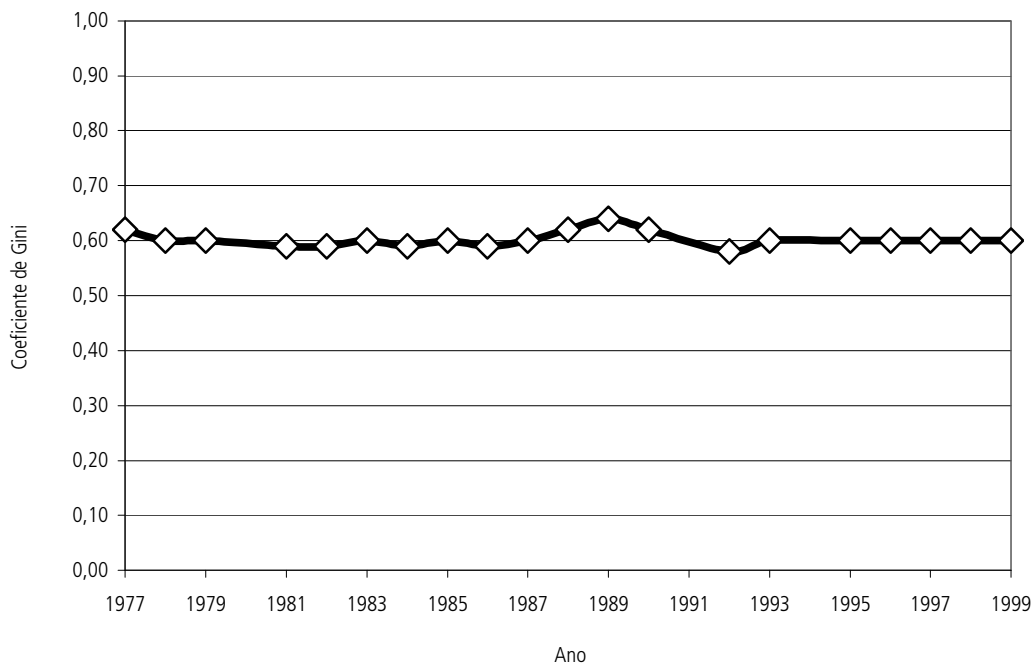
É possível notar no gráfico 1 que a renda familiar *per capita* é extremamente mal distribuída no Brasil, fato que há muito tem sido objeto de vários estudos. Nele é possível observar que, por um lado, se somadas as rendas dos 50% mais pobres, o resultado não ultrapassa 12% da renda *per capita* total disponível. Por outro lado, o centésimo mais rico da população detém 14% da renda, ou seja, o 1% mais rico possui mais renda que a metade mais pobre da população brasileira. Movendo-se mais na distribuição, é possível ver que os 5% mais ricos detêm um terço de toda a renda e os 10% mais ricos possuem aproximadamente metade dela. Essas informações são mais do que suficientes para justificar a necessidade de se estudar os estratos de maior poder aquisitivo no Brasil: falar de renda é, em boa medida, falar do que é, na maior parte, recebido por eles.

A desigualdade no Brasil não só é alta como também extremamente estável, uma indicação clara de que o problema não é circunstancial e sim uma característica da estrutura da sociedade brasileira que vem marcando sua história nas últimas décadas. Essa estabilidade pode ser notada quando se analisa o comportamento de um indicador de desigualdade, como o coeficiente de Gini, ao longo do tempo. Existem várias

medidas que servem de indicador da desigualdade interpessoal na distribuição de renda, mas o coeficiente de Gini é, provavelmente, a mais comumente empregada. De interpretação relativamente intuitiva, o coeficiente de Gini varia entre zero, que indica ausência de desigualdade, e um, que representa a desigualdade máxima.

GRÁFICO 2

Evolução temporal dos indicadores de desigualdade de renda: coeficiente de Gini das rendas domiciliares per capita - Brasil - 1977-1999



Fonte: Ipeadata, baseado em IBGE – Pnad 1977-1999.

O gráfico 2 apresenta a evolução temporal do coeficiente de Gini das rendas domiciliares *per capita* de toda a população brasileira de 1977 a 1999. Nas três décadas compreendidas pelo gráfico, a desigualdade permaneceu extremamente estável em um patamar bastante elevado (Gini= 0,60), apesar de o Brasil ter se aproximado de maneira crescente da maior parte das características atribuídas às sociedades modernas, que têm patamares de desigualdade menores. Os níveis de desigualdade brasileiros não se modificaram expressivamente diante da urbanização, industrialização, democratização, secularização e crescimento do produto agregado da sociedade brasileira.

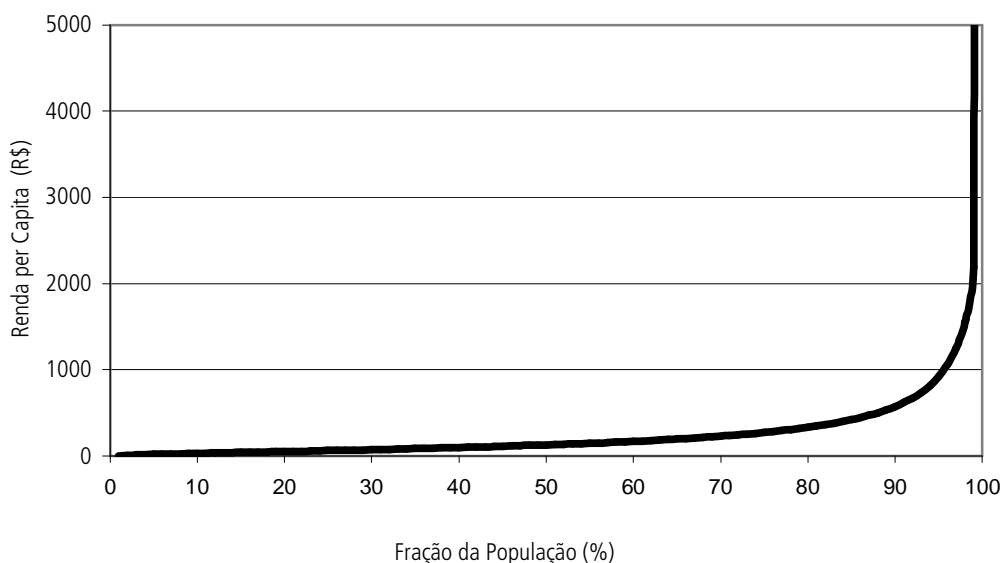
Se essa estabilidade da desigualdade fosse rompida para beneficiar os mais pobres, quais seriam os estratos da sociedade que poderiam ter seus interesses afetados? A resposta a uma pergunta como essa depende do nível e da forma da distribuição da renda na sociedade. A curva de Lorenz apresentada anteriormente constitui um instrumento útil para representar a forma de distribuição das rendas, mas não traz informações sobre os valores absolutos dessas rendas, não permitindo, portanto, a identificação imediata dos estratos na distribuição. Uma representação gráfica que, por fornecer informações sobre os valores distribuídos, pode ser usada para esse fim é a Parada de Pen, apresentada no gráfico 3.

A Parada de Pen foi originalmente uma metáfora desenvolvida para representar a distribuição da renda no Reino Unido. A imagem sugerida por Pen é de uma parada ou de um desfile no qual as pessoas marcham na altura proporcional à de suas rendas. Conforme a distribuição de renda da população analisada, nos primeiros minutos de parada desfilam anões minúsculos, próximo ao término da parada começam a desfilar as primeiras pessoas de altura normal e, no último minuto, marcham gigantes de altura muito superior à normal. A Parada de Pen, apresentada no gráfico 3, marca, no eixo horizontal, as frações da população ordenadas segundo o valor de sua renda *per capita* e, no eixo vertical, o valor dessa renda em reais de setembro de 1999. Os maiores rendimentos são bastante elevados, o que dificulta a composição da figura. Por essa razão, o limite do eixo vertical exibido (“altura dos gigantes”) foi estabelecido em R\$ 5.000,00. Isso, por um lado, oculta justamente as rendas dos mais ricos mas, por outro, permite uma visualização mais apropriada da distribuição como um todo.

Pode-se observar no gráfico 3 que o terço mais pobre da população brasileira recebe rendas inferiores a R\$ 82,00 *per capita*, em valores de 1999. Dois terços da população têm renda *per capita* inferior a cerca de R\$ 200,00, o que mostra que, em valores absolutos, não existem diferenças pronunciadas nos rendimentos da maior parte da população brasileira. Apenas 12% da população possui renda *per capita* superior a R\$ 500,00 e menos de 5% tem renda superior a R\$ 1.000,00.

GRÁFICO 3

Renda familiar per capita dos centís da população¹ – Brasil – 1997-1999



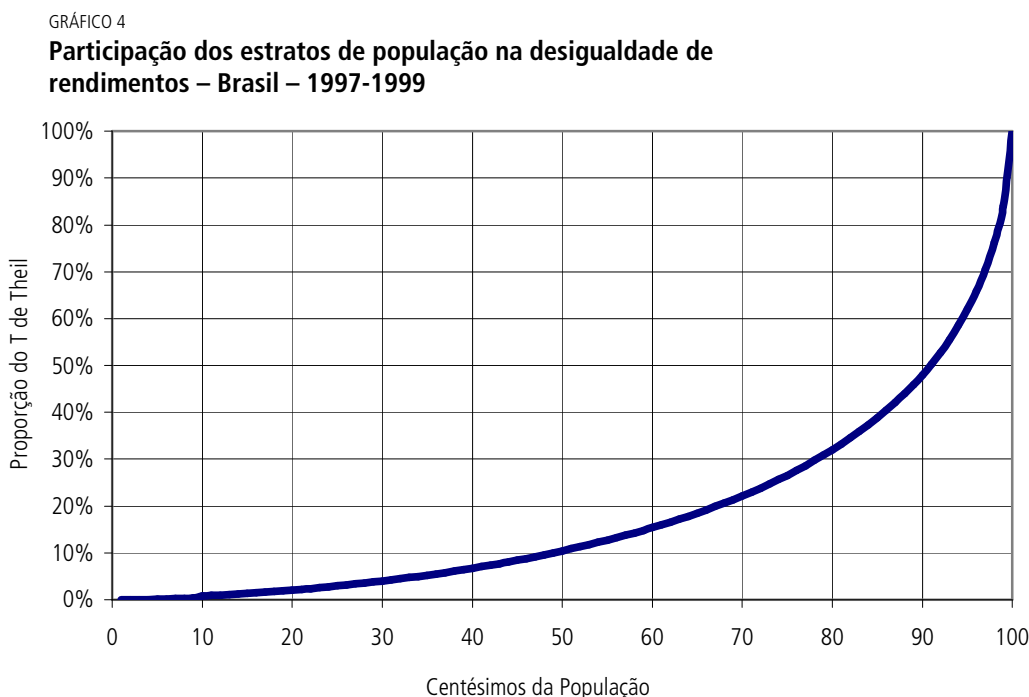
Fonte: IBGE – Pnad 1997-1999, microdados.

Nota: ¹Eixo dos rendimentos interrompido em R\$ 5.000, em valores de setembro de 1999.

O formato da Parada de Pen brasileira – achatado na maior parte da distribuição e fortemente inclinado entre os mais ricos – indica que os elevados níveis de desigualdade no país são, quase que totalmente, determinados pela existência de estratos mais ricos em uma população predominantemente de baixa renda. Nos termos da metáfora de Pen, a sociedade brasileira é caracterizada por um pequeno grupo de gigantes de altura descomunal que marcha ao fim de uma longa parada

de nânicos. A afirmação de que a sociedade brasileira é extremamente desigual deve, portanto, ser mais bem qualificada. O que realmente ocorre é que a população brasileira é segmentada entre uma grande massa relativamente homogênea de pobres e uma pequena, porém muito rica, elite.

Uma redução expressiva da desigualdade no Brasil afetaria, invariavelmente, a população mais rica. O gráfico 4 ilustra isso ao apresentar a participação de estratos da população na desigualdade de renda, mensurada pelo índice de redundância de Theil (T), uma medida que, embora tenha interpretação bem menos intuitiva que o coeficiente de Gini, possui propriedades matemáticas que a tornam estritamente decomponível segundo subpopulações e, portanto, adequada para a construção da curva apresentada nesse gráfico. Observa-se nesse gráfico quanto da desigualdade de rendimentos (eixo vertical) pode ser atribuído a cada fração da população (eixo horizontal).



Fonte: IBGE – Pnad 1997-1999, microdados.

Os diferenciais de rendimentos na parte mais pobre da população respondem por uma fração mínima da desigualdade total. Apenas 10% da desigualdade total está localizada entre os 50% mais pobres. Se fosse contabilizada apenas a desigualdade entre a massa dos 80% mais pobres do país, os indicadores brasileiros seriam relativamente baixos se comparados aos de qualquer outro país do mundo.

A maior contribuição para os níveis elevados de desigualdade de rendimentos no país é dada pelos estratos de renda mais alta. Pelo menos metade da desigualdade observada no Brasil está concentrada nos 10% mais ricos da população. O perfil da concentração de rendas é tão acentuado que praticamente um quarto de toda a desigualdade é determinado por apenas 3% da população mais rica, como mostra o gráfico 4. Note-se que a desigualdade medida refere-se apenas às diferenças entre centésimos da população, e não foi considerada, portanto, a desigualdade dos indivíduos em

cada centésimo. Se essa desigualdade fosse também considerada, os resultados seriam ainda mais radicais.

A forma da curva de participação dos estratos da população na desigualdade total apresentada no gráfico 4 permite concluir que uma redução expressiva dos níveis de desigualdade pode ser obtida mediante a realização de transferências de renda apenas das elites mais ricas para a massa de baixa renda da população. Muito menos desigualdade implica, também, muito menos pobreza. Porém, dimensionar adequadamente o potencial de um mecanismo redistributivo que realize transferências dos ricos aos pobres depende de um bom conhecimento das características dos dois grupos. Já existem excelentes estudos sobre os pobres no Brasil. Os resultados apresentados indicam que é muito importante saber mais sobre os ricos.

4 CONCLUSÕES

O Brasil é marcado por fortes desigualdades. A sociedade brasileira é segmentada em uma grande massa homogênea de população de baixa renda e uma pequena elite rica. Esse último grupo, que detém a maior parte da riqueza do país e orienta os destinos da economia, é também uma elite política e social que se encontra em posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado e a formação da opinião pública. Em poucas palavras, o estrato mais rico da população detém o poder de determinar os rumos do desenvolvimento brasileiro. É evidente que um grupo com tamanho poder deve constituir um objeto privilegiado de estudo. A análise das características dos ricos contribui para entender quem controla a sociedade brasileira e em que medida seus interesses vão de encontro às necessidades da massa da população.

Não só os níveis de desigualdade são elevados no Brasil, mas também os de pobreza. Reduções dos índices de pobreza podem ser alcançadas por meio de estratégias de diminuição do volume da população pobre, crescimento da quantidade de recursos disponíveis ou melhor distribuição dos recursos entre a população. Essas estratégias geralmente conduzem a propostas de políticas de controle da fecundidade, de crescimento da economia ou de promoção da igualdade. No caso brasileiro, a erradicação da pobreza por meio do controle da fecundidade ou do crescimento puro da economia é praticamente inviável nas próximas décadas.

Há controvérsias quanto aos impactos benéficos do controle de fecundidade no longo prazo e é altamente questionável se o ônus da redução das taxas de fecundidade brasileiras seria compensado por diminuições nos níveis de pobreza. Essas taxas já se encontram em patamares baixos e, mesmo na hipótese exagerada de que seja possível diminuí-las ainda mais no curto prazo, serão necessárias décadas até que uma política desse tipo demonstre efeitos substantivos na redução da pobreza.

A alternativa do crescimento é talvez a mais tentadora entre as estratégias possíveis para a erradicação da pobreza. Entre outros motivos, essa estratégia é atraente porque pode representar uma situação de mudança em que ninguém perde e ao menos alguns ganham. No entanto, se o crescimento não for acompanhado de redistribuição, serão necessárias décadas de taxas altas de crescimento para reduzir expressivamente a pobre-

za. Sozinha, a estratégia do crescimento seria insuficiente para fundamentar uma política séria de erradicação da pobreza em um prazo razoável de tempo.

As estratégias de redução da desigualdade constituem a principal – senão a única – alternativa viável de melhoria das condições de vida da população mais pobre nas próximas décadas. O Brasil encontra-se entre os países com os maiores níveis de desigualdade de renda do mundo e esses têm se mostrado bastante estáveis ao longo do tempo. Algo em torno de metade dessa elevada desigualdade deve-se às diferenças existentes entre o pequeno grupo formado pelo décimo mais rico da população e as pessoas restantes. Nesse grupo, as desigualdades também são altas de modo que cerca de um quarto da desigualdade brasileira total é determinado pelos 3% mais ricos da população. Como a redução dessa desigualdade afeta os interesses dos estratos que detêm os rendimentos mais altos do país, analisar as características da população mais rica e de sua riqueza é fundamental para dimensionar as possibilidades e as limitações de políticas redistributivas. Sob a ótica do conflito distributivo, estudar os ricos é um caminho para entender e combater a desigualdade e a pobreza no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *In*: HENRIQUES, R. (Org.) **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

_____. e MENDONÇA, Rosane. **Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para Discussão, n. 528).

_____. e CAMARGO, José Márcio. As Causas da Pobreza no Brasil. *In*: VELLOSO, João Paulo R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. (Orgs.) **Modernidade e Pobreza – Fórum Nacional A Construção da Modernidade Econômico-Social**. São Paulo: Nobel, 1994.

BOSERUP, Ester. “Agricultural Growth and Population Change”. *In*: BOSERUP, Ester. **Economic and Demographic Relationships in Development**. London: John Hopkins University Press, 1990.

BUSTELO, Pablo. **Teorías Contemporáneas del Desarrollo Económico**. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

DANZIGER, S.; GOTTSCHALK, P.; SMOLENSKY, E. How the Rich Have Fared, 1973-87. Papers and Proceedings of the 101st Annual Meeting of the American Economic Association. New York. December 28-30, 1988. *In*: **The American Economic Review**, v. 79, n. 2, p. 310-314, May 1989.

DREWNOWSKI, Jan. The Affluence Line. **Social Indicators Research**, n. 5, p. 263-278, 1978.

FUREDI, Frank. **Population and Development**. New York: St. Martin Press, 1997.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

HAUB, Carl. **Cuadro de la Población Mundial**. Washington: Population Reference Bureau, 2002.

HIRSCHL, Thomas A.; ALTOBELLI, Joyce; RANK, Mark R. **Affluence and Marriage: How Likely, How Often?** Working Paper Series, Center for the Study of Inequality. [Cornell]. Cornell University. Oct. 2001.

INHABER, Herbert; CARROLL, Sidney. **How Rich is too Rich? Income and Wealth in America**. New York: Praeger, 1992.

KELLER, Suzane. **O Destino das Elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1963.

LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel; ROTHWELL, C. Easton. “The Elite Concept”. *In*: BACHRACH, Peter. **Political Elites in a Democracy**. New York: Atherton Press, 1971.

LIMA, Maria Regina S.; BOSCHI, Renato Raul. Democracia e Reforma Econômica: a visão das elites brasileiras. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n.1, p.7-30, 1995.

- LORENZ, M. O. "Methods of Measuring the Concentration of Wealth". *In*: SUBRAMANIAN, S. (Ed.) **Measurement of Inequality and Poverty**. Delhi. Oxford University Press. 2001. Originalmente em **Journal of the American Statistical Association**, New Series, 70, p.209-219, 1905.
- LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Regional Elites. *In*: CONNIFF, M. L.; MCCANN, F. (Eds.) **Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989.
- MARTINUSSEN, John. **Society, State and Market: a guide to competing theories of development**. Lodon: Zed Books, 1997.
- MCCANN, Frank D.; CONNIFF, Michael L. Introduction. *In*: CONNIFF, M. L.; MCCANN, F. (Eds.) **Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989.
- MCDONOUGH, Peter. **Power and Ideology in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- MEDEIROS, Marcelo. **A Construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha de Pobreza**. Brasília: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 812).
- PARETO, Vilfredo. **Trattato di Sociologia Generale**. Milano: Edizioni di Comunità, 1964.
- PARRY, Geraint. **Political Elites**. New York: Praeger, 1969.
- PRESTON, Peter W. **Development Theory: an Introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- RANK, Mark R. **The Racial Injustice of Poverty**. Working Paper, George Warren Brown School of Social Work. Washington University. Mar. 1999.
- REIS, Elisa P.; CHEIBUB, Zairo B. Valores Políticos das Elites e Consolidação Democrática. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n.1, p.31-56, 1995.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. [3. ed., 1821]. Lisboa: Calouste Goulbenkian, 1978.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. V. I. [1776]. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- SOLTOW, Lee. The Rich and The Destitute in Sweden, 1805-1855: A Test of Tocqueville's Inequality. **Economic History Review – Second Series**, v. 42, n.1, p. 43-63, Feb. 1989.
- THERBORN, Göran. "What Does the Ruling Class do When it Rules? Some Reflections on Different Approaches to the Study of Power in Society". *In*: GIDDENS, A. **Class, Power and Conflict**. Berkeley: University of California Press, 1982. Originalmente em **Insurgent Sociologist**, v.6, n.3, p.3-16, 1970.

EDITORIAL

Gerente

Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão

Luciana Soares Sargio

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração

Iranilde Rego

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Roberto Astorino

Reprodução Gráfica

Antônio Lucena de Oliveira

Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo

Tânia Oliveira de Freitas

Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Equipe

Edinaldo dos Santos

Geraldo Nogueira Luiz

José Carlos Tofetti

Luiz Gonçalves Bezerra

Mauro Ferreira

Orcilei de Fátima da Silva

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares